

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – DA COISA JULGADA.....	13
1.1 O Conceito de Coisa Julgada.....	13
1.2 Coisa Julgada e Efeitos da Sentença.....	16
1.3 Limites Objetivos da Coisa Julgada.....	17
1.4 Limites Subjetivos da Coisa Julgada.....	20
1.5 Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada.....	21
2 – DA ABRANGÊNCIA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRI- BUTÁRIA.....	25
2.1 Segurança Jurídica e Matéria Tributária.....	25
2.2 Formação da Obrigação Tributária.....	26
2.3 A Regra-Matriz de Incidência Tributária: Hipótese e Conseqüência.....	29
2.4 Formação da Coisa Julgada em Matéria Tributária.....	40
2.5 Coisa Julgada em Ação Declaratória.....	43
2.6 Coisa Julgada em Mandado de Segurança.....	45
2.7 Análise de um Caso Concreto.....	50
3 – DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	59
3.1 Considerações Preliminares.....	59
3.2 Coisa Julgada Inconstitucional.....	60
3.3 Algumas Teorias sobre a Relativização da Coisa Julgada.....	62
3.4 Não À Relativização.....	67



4 – CONCLUSÃO PARCIAL.....	85
4.1 Situação 1	85
4.2 Situação 2	90
5 – ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 475-L DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	97
6 – CONCLUSÃO GERAL.....	105
REFERÊNCIAS.....	107
ÍNDICE ALFABÉTICO	111